Diversitas Journal
ISSN 2525-5215
Volume 10, Numero 2 (Abr./Jun. 2022) p. 0775 – 0782
https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal

National Literacy Policy: the importance of a critical look

Política Nacional de Alfabetização: a importância de um olhar crítico

SILVA, Alice Pereira da[1]; SANTOS, Marta Maria Minervino dos[2]

[1] 0000-0002-1164-0738; Estudante de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas. Arapiraca, AL, Brasil. alice.pereira@arapiraca.ufal.br
[2] 0000-0003-1537-741X; Docente da Universidade Federal de Alagoas. Arapiraca, AL, Brasil. Brasil. marta.santos@arapiraca.ufal.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

A B S T R A C T

This study consists of analyzing the National Literacy Policy (2019) and its considerations on literacy in Brazil. The topic in question raises concerns arising from political, social, economic and cultural aspects. This work aims to contribute to fostering scientific debate about the current PNA, as well as to the development of a critical look at literacy proposals, which are treated as solutions to the failures of this process. We start from the Catholic Church's dominance over reading and writing practices and the economic interests that permeate literacy policies. To this end, we used qualitative research through the documentary study of the National Literacy Policy notebook (2019), whose corpus will be analyzed based on Soares (2009, 2020), Mortatti (2004, 2019), among others. We understand that the phonic literacy method is not doomed to failure, but that it alone cannot direct students towards critical and reflective literacy. In view of this, we understand the importance of literacy policies that take into account training aimed at the autonomy of individuals in society, which is centered on the social practices of reading and writing.

R E S U M O

Este estudo consiste em analisar a Política Nacional de Alfabetização (2019) e suas considerações sobre a alfabetização no Brasil. O tema em questão suscita preocupações decorrentes de aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. A partir deste trabalho pretende-se contribuir para fomentar o debate científico acerca da atual PNA, bem como para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as propostas de alfabetização, que são tratadas como soluções para os fracassos desse processo. Partimos do domínio da igreja católica sobre as práticas de leitura e escrita e os interesses econômicos que atravessam as políticas de alfabetização. Para tanto, utilizamos a pesquisa qualitativa através do estudo documental do caderno da Política Nacional de Alfabetização (2019), cujo corpus será analisado com base a partir de Soares (2009, 2020), Mortatti (2004, 2019), entre outros. Compreendemos que o método fônico de alfabetização não está fadado ao fracasso, mas que apenas ele não consegue direcionar os estudantes para uma alfabetização crítica e reflexiva. Diante disso, compreendemos a importância de políticas de alfabetização que levem em consideração a formação voltada para a autonomia dos indivíduos diante da sociedade, que é centrada nas práticas sociais de leitura e escrita.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:
Submetido: 18/02/2024
Aprovado: 16/06/2025
Publicação: 20/06/2025

CC BY

Keywords:
PNA,
Literacy,
Domain.

Palavras-Chave:
PNA,
Alfabetização,
Domínio.

DOI: 10.48017/dj.v10i2.2955

Introdução

A temática da Alfabetização no Brasil está sempre em destaque, e a Política Nacional de Alfabetização (2019), intensifica a disputa entre os métodos de alfabetização. Antigos métodos retornam como "novas" soluções e, os que antes foram tidos como eficazes, tornam-se ultrapassados. Além do mais, o distanciamento das condições de ensino e aprendizagem entre as instituições de educação privada e a pública acentua as desigualdades relacionadas ao processo de alfabetização, uma vez que muitas propostas para esse processo desconsideram as condições reais da educação pública brasileira. Isso destaca a ideia de um Estado que não assegura as condições básicas de educação para os cidadãos que dependem exclusivamente dos serviços públicos.

As concepções acerca da alfabetização são modificadas ao longo das mudanças nas relações socias, culturais, políticas e econômicas. Nesse contexto, é papel da escola mediar sistematicamente os conhecimentos necessários, de modo a permitir que o estudante alcance a condição de alfabetizado. Destacamos que essa é uma das condições necessárias para que o estudante participe ativamente na sociedade.

Entretanto, a lacuna resultante das descontinuidades nas políticas de alfabetização, juntamente com a falta de qualidade que algumas dessas propostas trazem, pode resultar em impactos prejudiciais para a interação do indivíduo na sociedade grafocêntrica. A leitura e a escrita ainda são abordadas de modo distanciado entre as classes sociais. Enquanto para alguns, são encaradas com a máxima importância para atingir objetivos emancipadores e de poder, para outros, são ofertadas de forma mínima, de modo que as classes sociais menos favorecidas permaneçam em estado de subalternidade. Julgamos que a distorção no acesso à leitura e à escrita é proposital, é estratégia para manter as classes sociais menos favorecidas em um estado passivo de aceitação da realidade.

O domínio sobre as práticas de leitura e escrita favorecem o controle das classes dominantes sobre as massas, essas práticas sempre foram e ainda são instrumentos de dominação. Compartilhar esses conhecimentos torna-se uma tarefa complexa, devido à interferência de políticas como a PNA (2019), que interferem nos avanços dos conhecimentos científicos sobre alfabetização. A PNA desconsidera até mesmo os estudos desenvolvidos por brasileiros, como a importância de alfabetizar letrando, proposta por Magda Soares, que conhece na prática como o fracasso da alfabetização se revela nos contextos das escolas públicas brasileiras.

O processo de alfabetização não pode ser mecanizado e sem uma reflexão da prática. É necessário que o estudante esteja imerso em contextos nos quais a leitura e a escrita sejam apresentadas e mediadas de maneiras diversas. Nessa perspectiva, acreditamos que o estudante poderá compreender com maior ênfase a importância da leitura e da escrita para

além dos muros da escola. O processo de alfabetização, portanto, deve acontecer a fim de contribuir para que o estudante alcance uma condição ativa e crítica diante da sociedade.

No contexto neoliberal, a PNA emerge como "solução" para o processo de alfabetização. Contudo, é necessário que possamos olhar criticamente além do que está explícito, nas entrelinhas de cada "novidade" trazida ao contexto educacional. As políticas educacionais podem impulsionar a diminuição da disparidade da oferta educacional direcionada aos grupos menos favorecidos, mas, no contexto capitalista, muitas propostas podem intensificar a desigualdade entre a qualidade da educação pública e a privada. E, sem analisar cada proposta, a distância entre as classes sociais podem se agravar e interferir no acesso dos sujeitos (que dependem exclusivamente da educação pública) sobre diferentes práticas sociais de leitura e escrita.

Objetivou-se, neste artigo, analisar a Política Nacional de Alfabetização (2019) e suas considerações sobre a alfabetização no Brasil. Consideramos aqui o domínio do conhecimento sobre a leitura e a escrita, que pertenceu por séculos à igreja católica e os interesses econômicos que atravessam as políticas de alfabetização. Na sociedade contemporânea, o acesso à leitura e a escrita ainda é repleto de obstáculos, principalmente quando o ensino se direciona às classes que dependem exclusivamente da educação pública. Esta pesquisa é de cunho qualitativa, realizada através do estudo documental do caderno da Política Nacional de Alfabetização (2019), cujo corpus será analisado com base a partir de Soares (2009, 2020), Mortatti (2004, 2019) e entre outros.

Um olhar crítico sobre a Política Nacional de Alfabetização

A invenção da escrita marcou a história da humanidade e impulsionou o desenvolvimento de diferentes sistemas de escrita. As relações entre os sujeitos ganharam novas configurações. Ser alfabetizado tornou-se imprescindível para viver em sociedades grafocêntricas que utilizam o alfabeto. Além disso, os conhecimentos e práticas de leitura e escrita, que por muito tempo foram restritos a uma pequena camada social, como a igreja católica, necessitaram ser compartilhados.

Os avanços proporcionados por maiores interações do homem com a natureza fizeram surgir novas necessidades sociais e, assim, as relações de trabalho necessitaram de uma mão de obra especializada. Diante disso, e com o declínio do feudalismo, "a burguesia não podia recusar instrução ao povo [...] já que as máquinas complicadas que a indústria criava não podiam ser eficazmente dirigidas pelo saber miserável de um servo ou de um escravo" (Flandoli, 2003, p. 27). Mesmo diante do compartilhamento de conhecimentos,

> a escrita continua sendo, hoje, um elemento de poder nas relações sociais, pois, por meio dela, pode-se ter acesso ao conhecimento sistematizado pelos homens ao longo da história. Conclui-se, então, que saber é poder em uma sociedade que valoriza a erudição e o letramento [...] (Flandoli, 2003, pp. 27-28).

Seguindo as observações da autora, acreditamos que a alfabetização das camadas populares da sociedade pode ameaçar o domínio das classes mais favorecidas e, por isso, as disputas sobre métodos de alfabetização estão sempre em pauta.

No Brasil, durante o Período Colonial, o processo de alfabetização acontecia de modo mecanizado, a finalidade da igreja católica não era gerar autonomia e reflexão, mas dominar e impor sua cultura sobre outras, assim,

> desempenharam papel fundamental os padres da Companhia de Jesus, que começaram a chegar em 1549 e criaram as "escolas de ler, escrever e contar", com a finalidade de catequizar, para cristianizar, e instruir, para civilizar, os índios, considerados gentios, ou seja, pagãos e "papel em branco" ou "*tabula rasa*", onde se poderia escrever a palavra de Deus e o que mais quisesse (Mortatti, 2004, p. 49).

A alfabetização, nesse período, acontecia com ênfase na repetição e memorização, que consideramos as bases para práticas de leitura e escrita sem autonomia e reflexão. O "processo de alfabetização no período colonial nos pareceu estar mais restrito ao campo da atividade mecânica e menos como competência técnica de compreensão do que é lido ou escrito" (Costa & Santos, 2021, p. 67). Dessa forma, o processo de alfabetização não permitia uma aprendizagem crítica, mas uma aprendizagem sem questionamentos, voltada para a aceitação da condição de subordinado.

Considerando o cenário da Nova República, é perceptível os obstáculos que interferem no sucesso do processo de alfabetização, as políticas educacionais, por exemplo, encontram-se, de certa forma, em processos de descontinuidades. A cada novo governo surgem propostas de alfabetização que ora colaboram, ora atrapalham, aumentando, assim, o distanciamento entre a educação pública e a privada. Além disso, no atual contexto neoliberal, a educação está a cada vez mais a serviço do mercado. E, esse fato, não sugere a oferta de uma educação que atenda às necessidades de ascensão das classes que sustentam o capitalismo, contudo, mesmo diante desse problema, "o processo de ensino-aprendizagem inicial da leitura e da escrita – a alfabetização escolar – continua a representar, para a grande maioria dos brasileiros, o portal de acesso ao mundo público da cultura escrita [...]"(Mortatti, 2019, p. 47).

Ao longo das mudanças no contexto da Nova República, o Decreto nº 9.765/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização, em seu Art. 3º, no inciso IV, coloca entre os componentes essenciais para alfabetização a consciência fonêmica e a instrução fônica sistemática (Brasil, 2019, p. 51). Esses componentes não deixam explícitos diretamente o método de alfabetização escolhido na política, mas revelam nas entrelinhas a imposição do método fônico. E ainda, no caderno da PNA, a alfabetização é definida de modo simplista como "o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético" (Brasil, 2019, p. 18).

No que se refere a leitura na PNA, "os atuais especialistas que ajudaram a redigir a autoritária proposta do MEC tendem a ver a compreensão de leitura como algo que só deveria ser priorizado após o domínio da 'decodificação' e da 'leitura fluente' de palavras soltas"

(Santos, 2019, p. 67). Essa visão superficial dos especialistas desconsidera a habilidade linguística da escuta, que pode contribuir no desenvolvimento da compreensão de gêneros textuais.

A respeito da alfabetização, Soares (2020, p.27), referência em estudos sobre alfabetização, a define como:

> processo de apropriação da "tecnologia da escrita", isto é, do conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas; habilidades motoras de uso de instrumentos de escrita (lápis, caneta, borracha...); aquisição de modos de escrever e de modos ler – aprendizagem de uma certa postura corporal adequada para escrever ou para ler; habilidades de escrever ou ler, seguindo convenções da escrita [...] .

A PNA foca nas habilidades, mas a alfabetização vai além delas, como propõe a definição de Soares. Em uma sociedade grafocêntrica, que utilize o sistema alfabético de escrita, faz-se necessário que as políticas de alfabetização considerem detalhadamente o conjunto de técnicas necessárias para a alfabetização. Além disso, é preciso estar atento às lacunas deixadas no documento da PNA pelas definições simplistas e suas possíveis consequências no contexto educacional, pois podem agravar as dificuldades no processo de alfabetização.

A disputa dos métodos de alfabetização é uma questão sempre em evidência, e a PNA destaca o método sintético fônico, anteriormente considerado insuficiente. "As primeiras cartilhas brasileiras, produzidas no final do século XIX [...] baseavam-se nos métodos de marcha sintética (de soletração, fônico e de silabação) [...]" (Mortatti, 2019, p. 33). A PNA, ao enfatizar o método fônico, traz novamente ao contexto da alfabetização um caminho que antes foi considerado insuficiente e o apresenta como "novidade". Dessa forma, é perceptível que "até hoje, a alfabetização continua sendo o signo mais evidente e complexo da relação entre alfabetização e política, representada por disputas pela hegemonia de 'verdades científicas e definitivas' " (Mortatti, 2019, p.162).

A leitura e a escrita, privilégios das classes dominantes, tornaram-se direitos das camadas populares. Contudo, tendo como objetivo formar os estudantes de modo raso e pouco crítico, "a educação, em cada momento histórico, não foi outra coisa senão um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações das classes sociais" (Flandoli, 2003, p. 28). No contexto de uma sociedade regida pelo neoliberalismo, a formação baseia-se em conhecimentos básicos, atribuindo às classes sociais menos favorecidas as habilidades mínimas para atingir as metas do sistema capitalista. A educação ofertada pelo Estado atende de forma mínima ao povo, espera-se implicitamente que o estudante alcance apenas uma formação rasa, que garanta a manutenção da lógica neoliberalista.

Apesar dessas interferências, os Parâmetros Curriculares Nacionais expressam em seus princípios e fundamentos que:

> o ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (Brasil, 1997, p. 27).

Compreendemos que a Política Nacional de Alfabetização não atende às necessidades do atual contexto brasileiro. A visibilidade de apenas um método não contribui para que o ensino de qualidade aconteça. Consideramos que para que seja efetivada uma formação de cidadãos autônomos e críticos é imprescindível que a união de diferentes métodos também seja destacada nas políticas de alfabetização.

No que tange ao conceito de alfabetização, podem acontecer variações ao longo das mudanças dos contextos históricos, conforme explica Soares (2009, p. 55):

> um bom exemplo da variação do conceito de *alfabetização* ao longo do tempo e a dependência entre o fenômeno do *letramento* e as condições culturais e sociais é a comparação entre os critérios utilizados para definir quem é analfabeto ou quem é alfabetizado nos recenseamentos da população brasileira.

Diante do fenômeno do letramento, o conceito de alfabetização precisou atender às demandas que surgiam em relação à escrita, por isso, "até a década de 40, o formulário do Censo definia o indivíduo analfabeto ou alfabetizado perguntando-lhe se sabia assinar o nome [...]" (SOARES, 2009, p. 55). O critério atendia às necessidades sociais, culturais, políticos e econômicos do período. Contudo, com as mudanças a respeito do uso da escrita

> o formulário do Censo passou a usar uma outra pergunta: *sabe ler e escrever um bilhete simples?* Apesar da impropriedade da pergunta [...], ela já expressa um critério para definir quem é alfabetizado ou analfabeto que avança em relação ao critério de apenas saber ler e escrever o nome: definir como analfabeto aquele que não sabe *ler e escrever um bilhete simples* indica já uma preocupação com os usos da escrita, aproxima-se, pois, do conceito de *letramento* e, revela uma expectativa com relação ao *alfabetizado* – uma expectativa que seja também *letrado*" (Soares, 2009 p. 55).

Tendo em vistas as necessidades vigentes, atribuídas à condição de alfabetizado, o processo de alfabetização precisa ser tratado de uma forma que considere que "a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas socias de leitura e de escrita" (Soares, 2020, p.27). Não consideramos que o método fônico seja ineficaz, mas compreendemos que os estudantes possuem diferentes modos de interação no processo de alfabetização. Além disso, o método imposto pela PNA não considera totalmente as necessidades e contextos dos estudantes que dependem exclusivamente da educação pública brasileira.

Consideramos, portanto, entre as carências da proposta atual de alfabetização, a necessidade de incorporar na pratica de alfabetização diferentes métodos analíticos e sintéticos, atentando-se aos contextos culturais dos estudantes. Compreendemos que, de certo

modo, o sotaque, por exemplo, coloca o método fônico em questão. Tomamos como exemplo o fonema /t/, que em regiões como a sudeste e a nordeste podem ser pronunciados de diferentes formas, e compreendemos que não é justo que se sobressaia uma pronúncia do fonema como "correta", visto que isso interfere no processo de escrita. Assim, considerar uma única forma de pronúncia como "correta" significa desconsiderar o contexto cultural de diferentes regiões, indo de encontro ao que é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Diante das discussões propostas, compreendemos que a abordagem da PNA no processo de alfabetização é questionável. Reduzir a alfabetização a um método implica retroceder a um conceito mecanicista, que se afasta do desenvolvimento humano impulsionado pela invenção da escrita até o contexto atual. A escrita é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento humano, contribuindo para a formação crítica e reflexiva. Sua simplificação excessiva pode ser prejudicial a esse processo.

Considerações finais

A cada política de alfabetização é necessário um olhar crítico, que leia os contextos e objetivos implícitos. Aderir ao que cada governo traz como "novidade" pode gerar descaminhos no processo de alfabetização. A educação não é ofertada às classes populares com o intuito de modificar seu papel operacional nas relações de trabalho, mas para que permaneçam sustentando a base da economia. Portanto, consideramos importante analisar as políticas que surgem como "soluções" e também os contextos da alfabetização no passado, para que não aceitemos políticas que resultem em fracasso.

Os métodos de alfabetização seguem suas disputas, não consideramos aqui que apenas um método seja eficaz para o sucesso do processo de alfabetização. Concluímos que introduzir métodos analíticos e sintéticos, unindo a alfabetização com as práticas de letramento, pode amenizar as dificuldades que há no contexto educacional, visto que a alfabetização não possui apenas as disputas dos métodos como dificuldade, mas engloba diferentes problemas sociais, culturais, políticos e econômicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental, Ministério de Educação e Cultura, Secretaria de Alfabetização. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf

BRASIL. (2019). *Caderno da Política Nacional de Alfabetização*. Secretaria de Alfabetização, Ministério de Educação e Cultura, Secretaria de

Alfabetização. https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-caderno-da-politica-nacional-de-alfabetizacao/CADERNO_PNA_FINAL.pdf/view

Costa, J. R., & Santos, S. M. dos. (2021). Entre a cruz e a razão: a influência católica na alfabetização – o vetor de formação da sociedade do Brasil-colônia. In F. A. de Almeida (Org.), *História do Brasil: uma compreensão antropológica, social, filosófica e política* (pp. 54-69). Científica Digital. https://www.editoracientifica.org/articles/code/210303757

Flandoli, B. R. G. X. (2003). *A escrita criativa no ensino fundamental: uma interlocução possível* [Trabalho de conclusão de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul]. Repositório UFMS. https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/689

Morais, A. G. de. (2020, 25 março). Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. *Revista Brasileira de Alfabetização*, 1(10), 66-75. https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357

Mortatti, M. do R. L. (2004). *Educação e letramento*. Editora Unesp.

Mortatti, M. do R. L. (2019). *Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa*. Editora Unesp. https://books.scielo.org/id/fqrmr/pdf/mortatti-9788595463394.pdf

Soares, M. (2009). *Letramento: um tema em três gêneros* (3ª ed.). Autêntica.

Soares, M. (2020). *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. Contexto.